

9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Democracia em Recessão?

26, 27 e 28 de julho, Montevidéu, Uruguai

**Análise dos Programas Eleitorais de 2014:
o Posicionamento Ideológico do PT e do PSDB**

Prof.^a Dr.^a Alessandra Maia Terra de Faria
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio)

Prof.^a Dr.^a Ana Rita Ferreira
(Universidade da Beira Interior – UBI)

Prof.^a Dr.^a Mayra Goulart Silva
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Prof. Dr. Vladimyr Lombardo Jorge
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Introdução

Este texto faz parte de uma pesquisa que visa inserir-se no rol de contribuições sobre a ideologia dos partidos políticos brasileiros (Lucas & Samuels 2010; Mainwaring, Meneguello & Power 2000; Melo & Câmara 2012; Tarouco 2010; Power & Zucco 2008). Nosso objetivo é analisar as principais forças que emergiram no cenário político nacional no final dos anos 1970, posicionando-as em uma escala ideológica¹ cuja referência central pode ser encontrada no conceito de social-democracia. Tal esforço contempla a observação de todos os partidos que conseguiram mais de 5% dos votos em eleições para o Executivo nacional, ao longo de todas as eleições realizadas na Nova República². Com isso, espera-se detectar não apenas o posicionamento das legendas na escala configurada, mas, sobretudo, sua movimentação, isto é, o processo de mutação ideológica de cada legenda em cada conjuntura eleitoral.

No que diz respeito à metodologia, utilizaremos a abordagem oferecida pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), cujo propósito é codificar e quantificar as medidas pragmáticas propostas pelos partidos em seus programas de governo. Isto nos permitirá uma base empírica sólida que, acompanhada da análise qualitativa dos programas e da leitura da bibliografia disponível sobre os partidos brasileiros, servirá de alicerce para conclusões comparativas.

Esta tarefa será realizada de forma segmentada e anacrônica uma vez que começaremos analisando os processos eleitorais mais recentes. Neste artigo, portanto, observar-se-á apenas o posicionamento de duas agremiações – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – nas eleições de 2014. A escolha do objeto obedece a critérios pragmáticos, uma vez que, das sete eleições presidenciais realizadas desde 1988, data da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CFB), apenas a primeira (1989) não contou com a vitória de uma das duas legendas em questão – sendo o PSDB vitorioso em 1994 e 1998 e o PT, em 2002, 2006, 2010 e 2014.

¹ Como consolidado na definição de Anthony Downs (1999), essa escala pode ser estabelecida de modo esquemático como um *continuum* que vai do controle total da economia pelo governo (esquerda) ao mercado completamente livre (direita).

² Período iniciado ao final da ditadura militar. Corresponde à Sexta República Brasileira, para mais informações ver <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/nova-republica>.

Em síntese, este *paper* almeja responder a seguinte pergunta: qual o posicionamento de PT e PSDB na escala esquerda-direita na eleição de 2014? A hipótese de partida situa o PT na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita. O texto se estruturará em três partes. Na primeira, apresentaremos a metodologia do *Comparative Manifesto Project*. Na segunda parte, dialogaremos com a literatura que questiona sua pertinência enquanto ferramenta válida para auferir o posicionamento ideológico dos partidos, particularmente no que diz respeito ao caso brasileiro. Na terceira e última parte discutiremos sobre os resultados observados a partir da análise comparada da codificação de ambos os programas. Por fim, esboçaremos um conjunto de conclusões obtidas a partir desta comparação.

Primeira Parte

O *Comparative Manifesto Project* (CMP)

1.1. Explicando o método

Neste estudo comparativo recorreremos à codificação do *Comparative Manifesto Project*, um projeto internacional que procura examinar todas as medidas programáticas apresentadas nos programas eleitorais dos partidos políticos relevantes em eleições legislativas (partidos relevantes são aqueles que obtêm representação parlamentar) e, no caso dos sistemas presidencialistas, dos candidatos que concorrem às eleições presidenciais (candidatos que tenham obtido mais de 5% dos votos).

Esta codificação permite-nos comparar os programas eleitorais dos partidos numa mesma eleição – e, assim, concluir sobre o posicionamento ideológico de cada um deles relativamente aos outros –, assim como nos permite comparar os vários programas eleitorais de um mesmo partido ao longo do tempo, em diversas eleições – e, desse modo, concluir sobre a evolução ideológica desse partido. Aliás, esta codificação permite-nos fazer até outros estudos comparativos: por exemplo, entre partidos da mesma família política, mas de países diferentes, para perceber o posicionamento de cada um na escala esquerda-direita.

Aquilo que procuramos fazer neste trabalho, recorrendo à codificação do CMP, é comparar o posicionamento ideológico do PT e do PSDB em um momento particular da vida política brasileira, tendo em conta as medidas anunciadas nos

programas eleitorais que ambos apresentaram às eleições presidenciais de 2014, apoiando respectivamente Dilma Rousseff e Aécio Neves como candidatos.

1.2. Aplicando o Método

Antes de passar à apresentação dos resultados propriamente ditos, algumas observações podem ser destacadas quanto ao processo de codificação.

A codificação do CMP está dividida em sete temas distintos, quais sejam: – Relações internacionais (*Domínio 1*), Liberdade e democracia (*Domínio 2*), Sistema político (*Domínio 3*), Economia (*Domínio 4*), Bem-estar e qualidade de vida (*Domínio 5*), Organização da sociedade (*Domínio 6*) e Grupos sociais (*Domínio 7*). Tabela 1 mostra os respectivos percentuais de incidência desses domínios dentro do programa de cada partido. Para facilitar ao leitor, a apresentação de resultados seguirá esta mesma ordem e estrutura classificativa.

Tabela 1
Distribuição dos domínios nos programas de governo do PT e do PSDB (%)

Domínio	PT	PSDB
Relações internacionais	3,3	2,9
Liberdade e democracia	6,7	4,6
Sistema político	11,9	11,9
Economia	36,1	28,9
Bem-estar e qualidade de vida	30,1	31,0
Organização da sociedade	4,3	9,3
Grupos sociais	7,6	11,3
Total	100,0	100,0

Fonte: elaborada a partir da Tabela posta no Apêndice deste trabalho.

Esses sete grandes domínios, a partir da codificação do *Manifesto Project* aqui adotada, visam agrupar temas a partir da análise e classificação da linguagem e das propostas contidas nos programas analisados. Sendo assim, se considerada a Tabela 1, o primeiro tópico sobre relações internacionais engloba menções positivas e negativas a temas que tratam de relações internacionais especiais entre países, questão militar, internacionalismo, integração regional e em blocos (como, por exemplo, a Zona do Euro) dentre outros. Este domínio a princípio sobressai pela ausência de destaque face

aos demais, sendo o que recebeu menos atenção no programa dos dois candidatos: conforme é possível observar nos dados apresentados na Tabela 1 são 2,9% incidências no programa de Aécio Neves e 3,3% no da candidata Dilma Rousseff. Este fato por si só já é interessante, uma vez que corrobora as teses que salientam para o caráter pouco relevante da política externa nas campanhas eleitorais realizadas no Brasil (Rocchi 2015; Onuki 2006).

O tópico sobre liberdade e democracia enfatiza menções positivas e negativas sobre liberdade, direitos humanos, democracia direta e representativa e constitucionalismo. Este foi o segundo tema menos relevante para o PSDB e o terceiro para o PT, pois a ele foram dedicadas apenas 4,6%, e 6,7% das sentenças do programa, conforme mostra a Tabela 1.

No tocante ao sistema político em geral, a codificação permite destacar ênfases positivas e negativas sobre centralização e descentralização dos governos. Nesse sentido propostas de governos autoritários ou descentralizados podem ser diagnosticadas, a importância dada à eficiência administrativa, às competências de governo, à corrupção política, à autoridade pessoal ou partidária. Também estão cobertas possíveis referências a governos anteriores e competências e *expertises* atribuídos ao partido político do programa em questão, bem como argumentos relativos aos outros partidos concorrentes no mesmo pleito. Este foi o terceiro domínio mais importante para ambos os candidatos, tendo ocupado o mesmo espaço no programa de ambos já que aproximadamente 11,9% das sentenças do programa são dedicadas ao tema sistema político, conforme mostra a Tabela 1.

Do ponto de vista da economia, o quarto domínio permite classificar os programas em temas variados como livre mercado, livre iniciativa, keynesianismo, protecionismo, planificação econômica, regulação de mercado, metas, corporativismo, infraestrutura e tecnologia, crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, controle da economia, estatização, marxismo, e ortodoxia e políticas anti-crescimento econômico. Conforme mostra a Tabela 1, este domínio foi o que mais recebeu atenção da candidata do PT e o segundo mais importante para o candidato tucano: 36,1% e 28,9% do total de sentenças do programa dos candidatos petista e tucano, respectivamente.

O quinto tópico trata do bem-estar social e qualidade de vida. Nele a ênfase sobre a proteção ao meio ambiente, a promoção da igualdade, da cultura, da educação, a questão do estado de bem-estar social, medidas de ampliação e restrição ao mesmo

que possam estar contidas nas propostas dos partidos. Qualidade de vida e bem-estar, como exposto na Tabela 1, foi o tema mais recorrente do programa tucano, reunindo 31,0% das sentenças, e o segundo mais importante no programa da candidata petista, representando 30,1% das menções analisadas.

Já no sexto domínio a questão é a organização da sociedade. Nesse tópico estão contidas referências a modos nacionais de vida e pensamento, questões de cunho moral, menções às propostas de civismo, e respeito à lei e à ordem. Nele também estão contidos os temas relativos à imigração, populações indígenas, ativismo social e multiculturalismo, bem como propostas de ampliação de direitos aos diversos grupos mencionados. Conforme a Tabela 1, este foi o terceiro domínio menos importante para o candidato tucano e segundo menos importante para a candidata petista: 9,3% das sentenças do programa de Aécio Neves e 4,3% das do programa de Dilma Rousseff são dedicadas ao tema sistema político.

O sétimo e último domínio proposto é o relativo aos grupos sociais. Nele são mencionados os grupos de trabalhadores em geral, de trabalhadores rurais e políticas específicas a esse grupo, de grupos de profissionais liberais em geral e classe média, os direitos de minorias e os chamados grupos demográficos não-econômicos. Este foi o quarto domínio menos importante para ambos os candidatos, reuni 11,3% das sentenças do programa tucano e 7,6% das do programa petista, de acordo com a Tabela 1.

A partir dessa distribuição de temas e agrupamento de assuntos, a codificação apresentada nas seções seguintes observa quantitativamente as incidências das menções em cada programa e a partir desses dados propõe algumas análises e inferências sobre o pleito observado, cotejando-as com questões de observação qualitativa.

Segunda Parte

Os programas e suas feições ideológicas: singularidades e desafios do caso brasileiro.

A tentativa de aplicar uma teoria exógena a um contexto particular é sempre problemática. O esforço de auferir a posição ideológica dos partidos políticos brasileiros através da metodologia oferecida pelo CMP não foge a esta regra. Há

críticas que se debruçam sobre o ponto de partida, questionando o pressuposto de que as campanhas políticas e os programas que nelas são apresentados corresponderiam a uma contraposição de diferentes plataformas ideológicas (Miguel 2010). Essa crítica geralmente vem acompanhada de uma ênfase nas variáveis sistêmicas, que ressaltam o impacto das características de cada sistema político na configuração dos manifestos (Zucco 2009).

No caso, a fragmentação partidária que caracteriza o sistema político brasileiro reforçaria a importâncias das coalizões governativas, por meio das quais o partido vitorioso nas eleições para a Presidência viabiliza sua agenda legislativa, contornando os riscos de paralisia decisória e as instabilidades políticas decorrentes (Figueiredo & Limongi 2003; Figueiredo & Limongi 1999; Santos 2003). Sendo assim, os documentos programáticos surgem como variável dependente das opções estratégicas do partido que almeja viabilizar uma coligação suficientemente forte no plano eleitoral e parlamentar (Lucas & Samuels 2010). Essa crítica, contudo, não se limita aos programas de governo, abarcando também a performance dos partidos no governo, visto que sua ação programática estará igualmente limitada pela necessidade de garantir apoio político de forças ideologicamente distintas.

Além deste conjunto de interpretações que apontam para a diluição ideológica dos partidos, há aquelas que se dirigem especificamente à aplicabilidade da metodologia do CMP ao cenário político brasileiro (Madeira & Tarouco 2013). Nesse sentido, o ponto central da crítica apresentada por Tarouco e Madeira acerca da dificuldade de aplicação desta metodologia ao caso brasileiro diz respeito ao processo de transição democrática. Em trabalhos anteriores (Madeira & Tarouco 2010), os autores já haviam argumentado que o posicionamento dos atores políticos face à ditadura militar é um elemento determinante de sua identidade política, posicionando à direita aqueles que se mantiveram alinhados com o regime, e à esquerda os que se alinharam à oposição. Essas questões diminuiriam o peso relativo das considerações econômicas no cenário ideológico brasileiro (idem 2013), em detrimento do caráter determinante que estas assumem na configuração da escala ideológica usualmente utilizada na Ciência Política (Downs 1999).

Por outro lado, a conjuntura da transição e a efervescência constituinte teriam operado um deslocamento à esquerda no posicionamento ideológico destes mesmos atores, que se apresentavam como engajados nas bandeiras associadas à transformação e mudança de regime, não apenas no que diz respeito ao sistema

político, mas também conquanto às liberdades civis (Madeira & Tarouco 2013). Ademais, a ênfase na dicotomia downsiana entre intervenção econômica/esquerda e livre mercado/direita, pressuporia um caráter redistributivo, muitas vezes inexistente nas intervenções operadas a partir do Estado. Seria o caso observado no Brasil, durante o regime militar, como nos alertam Madeira e Tarouco:

“No Brasil foram exatamente os governos da ditadura militar que adotaram barreiras comerciais à importação com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da indústria nacional, assim como em vários momentos da história tem sido a direita a demandar a atuação do Estado na economia, em descompasso com o *laissez-faire* e o estado mínimo que caracterizam o liberalismo econômico na Europa.” (Madeira & Tarouco, 2013, p. 97).

A despeito de concordar com as considerações históricas e com as observações sobre os efeitos deletérios da fragmentação partidária, esta pesquisa parte de uma hipótese distinta, uma vez que pressupõe a possibilidade de diferenciar ideologicamente, a partir da metodologia do CMP, os programas eleitorais apresentados por PT e PSDB, situando o primeiro no espectro da centro-esquerda e, o segundo, na centro-direita. Para isso, na próxima seção, serão analisados de modo comparativo os principais resultados da codificação dos programas lançados para as eleições de 2014. Antes disso, contudo, é preciso uma breve apresentação individual de cada um dos documentos.

Terceira Parte

O Posicionamento Ideológico de PT e PSDB: Uma Análise dos Programas de Governo de 2014

3.1. Os programas de PT e PSDB sob uma perspectiva comparada

O documento elaborado pelo Partido dos Trabalhadores, para a Campanha de 2014 dos candidatos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), apresenta em apenas 25 páginas as diretrizes gerais do programa de governo da coligação denominada *Com a Força do Povo*, composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP), Partido Republicano (PR), Partido Republicano Brasileiro (PRB),

Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Este documento, na verdade, é um trabalho de autoria exclusiva do PT e, mais especificamente, do grupo da candidata desse partido.³ Talvez por isso, não haja nenhuma menção ao nome da coligação nem na capa nem em nenhuma de suas partes internas.

O plano de governo de Rousseff está dividido em três seções intituladas: *Os 12 anos que transformaram o Brasil; Grandes mudanças, o ponto de partida para mais transformações* e *Um novo ciclo histórico*. A primeira sintetiza o conteúdo de todo documento, pois nesta parte do documento há uma exposição acerca do legado do PT após três mandatos sucessivos e o novo ciclo de mudanças que se pretende inaugurar. Na segunda seção, há uma apresentação das políticas e as mudanças promovidas pelos governos petistas. Destaca-se, sobretudo, aquelas realizadas pelo governo de Dilma Rousseff. Na terceira e última seção, são expostas as transformações que se pretende realizar no segundo mandato de Dilma Rousseff. Tendo o documento sido elaborado por petistas, não nos surpreendeu o destaque dado aos feitos do PT.

Já o documento elaborado pelo Partido da Social Democracia Brasileira para a campanha de 2014 dos candidatos Aécio Neves e Aloysio Nunes, ambos do PSDB, apresenta em 69 páginas as diretrizes gerais do programa de governo da coligação denominada *Muda Brasil*, composta pelos seguintes partidos: PSDB, Solidariedade (SD), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Democratas (DEM), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁴.

O programa tucano contém nove tópicos, sendo o primeiro dedicado à apresentação de diretrizes e objetivos gerais, seguidas da exposição de um *compromisso fundamental*⁵. Neste último, sobressai uma concepção de liberdade cara

³ Um trecho do documento explica que aquele documento: “[...] são as linhas gerais do Programa de governo que a candidata Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT) propõem para debate, num processo de ampla consulta aos movimentos sociais e aos partidos aliados. Um trabalho que será aprofundado por meio de grupos temáticos.” (PT, 2014, p. 4)

⁴ O peso de cada uma das agremiações no interior da coligação é variável e resultante de uma série de fatores. O mais facilmente observável diz respeito ao tamanho da bancada que cada partido possuía na época da eleição.

⁵ No programa de governo, o candidato tucano diz: “Reafirma-se o compromisso básico e fundamental com a defesa das liberdades do povo brasileiro, por meio da defesa firme da liberdade de imprensa, da liberdade de opinião e de expressão, da independência dos Poderes da República, da Federação,

ao liberalismo lockeano e ao republicanismo liberal de Kant, assim como às reformulações mais contemporâneas de Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Norberto Bobbio. Nos demais tópicos (cidadania, economia, educação, Estado eficiente, relações internacionais e defesa nacional, saúde, segurança pública e sustentabilidade), observa-se a reincidência de alguns conceitos caros ao social liberalismo da Terceira Via (Guiddens 1996, 2001a, 2001b), como empreendedorismo, descentralização, parcerias público privadas, voluntariado e participação social perpassam diferentes tópicos.

Somados, estes elementos apontam na direção da hipótese delineada ao início do artigo, isto é, de que, em termos ideológicos, o PSDB poderia ser posicionado no espectro da centro-direita. Esta, contudo, é uma percepção analítica oriunda de uma análise qualitativa. Resta, pois, averiguar se esta afirmação pode ser confirmada em termos quantitativos. Para isso, codificamos o programa utilizando a metodologia do CMP, os resultados desse esforço serão abaixo apresentados de acordo com a ordem dos domínios indicada na quinta edição do *Manifesto Coding Instructions*, e conforme detalhado na seção 1.2 (Werner, Lacewell & Volkens 2014).

Primeiro domínio: relações internacionais

Como já vimos, o PT, assim como o PSDB, deu pouca atenção ao tema “relações internacionais”. Mas, quando comparado os números da Tabela 2, podemos verificar que os candidatos tomaram posições diferentes com relação a alguns dos temas abrangidos por este domínio. É possível observar que o programa do PT concedeu muito mais atenção e contém mais menções positivas (63,2%) ao “internacionalismo” do que o do PSDB, que possui somente 38,5% de menções favoráveis a esta questão. Desta forma, o PT apresenta uma visão positiva da necessidade de cooperação internacional, nomeadamente da ajuda a países em vias de desenvolvimento.

fundamentos de nossa democracia, e que permeiam todas as políticas públicas.” (Muda Brasil, 2014, p. 7)

Tabela 2. Domínio relações internacionais – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
101	Relações internacionais especiais: positiva	7,7	0,0
102	Relações internacionais especiais: negativa	7,7	0,0
103.1	Anti-imperialismo centrado no Estado	0,0	0,0
103.2	Influência financeira externa	0,0	5,3
104	Militar: positivo	38,5	0,0
105	Militar: negativo	0,0	0,0
106	Paz: positivo	0,0	10,5
107	Internacionalismo: positivo	38,5	63,2
108	Integração: positiva	0,0	15,8
109	Internacionalismo: negativo	7,7	5,3
110	Integração europeia: negativa	0,0	0,0
Total		100,0	100,0

Fonte: elaboração própria da pesquisa

Além de fazer mais referências pró-integração regional com outros países da América Latina, a Tabela 2 mostra que 10,5% do espaço concedido pelo PT à discussão acerca das relações internacionais continham referências a favor da paz, incluindo a ideia que os meios pacíficos são preferenciais para resolver conflitos.⁶ Já o programa tucano não contém nenhuma menção positiva nesse sentido. A comparação entre os números da Tabela 2, na verdade, nos permite afirmar que, diferente do PT, o PSDB tem uma visão positiva do poder militar já que, em seu programa, o candidato tucano destinou 38,5% da discussão sobre relações internacionais para fazer referências favoráveis às forças armadas. Aécio Neves, portanto, valoriza igualmente a visão que considera importante a necessidade de segurança e defesa, o que inclui referências ao aumento da despesa com o setor de defesa e à necessidade de modernizar e reforçar as Forças Armadas. Já o programa da candidata do PT, por sua vez, não contém qualquer referência a esse tema.

A Tabela 2 revela, ainda, a ausência em ambos os programas de qualquer menção crítica à influência estadunidense, ou outras sentenças passíveis de enquadradas nos códigos relativos ao anti-imperialismo. Isso é significativo porque, a suspeição e mesmo o rechaço a tal influência tem sido, desde o período da guerra-fria,

⁶ As duas menções correspondem a 0,3% do total do programa de governo tucano.

um inequívoco marcador de radicalidade em toda a América Latina, atualizado recentemente pelos governos bolivarianos.

Concluímos, no tocante ao primeiro domínio, que, apesar da pouca atenção dada pelos candidatos aos temas relativos à Política Externa na disputa eleitoral brasileira, observa-se um dissenso entre eles com relação a esta questão⁷. Podemos inferir desta análise que há uma divisão ideológica, pois, embora os candidatos em seus respectivos programas assumam uma posição de cooperação (internacionalismo), somente o PT assume uma posição mais veemente em relação a esta questão e avoca uma posição pacifista. Essa diferença ideológica, por um lado, não é suficiente para situá-los nas extremidades do espectro político ideológico. Por outro, a ausência de críticas à influência estadunidense denota que ambos os partidos podem ser situados no centro da escala ideológica.

Segundo domínio: liberdade e democracia

No segundo domínio, relativo às questões relacionadas com liberdade e democracia, o espaço concedido pelos candidatos aos vários temas não é muito divergente, sendo que até encontramos agora uma maior sintonia relativamente ao peso concedido às principais questões. Quando comparamos os dados da Tabela 3 observamos que ambos têm números muito próximos de referências positivas acerca da democracia e em relação aos direitos humanos: PSDB e PT dedicaram, respectivamente, 65,9% e 64,1% do espaço deste domínio para fazer menções positivas à democracia e 19,5% e 17,9% para fazer menções aos direitos humanos. Saliente-se, porém, que o PT assume uma maior defesa das liberdades clássicas – liberdade de expressão, de imprensa etc. – e que, paradoxalmente, o PSDB deu mais espaço ao aprofundamento dos mecanismos de democracia direta: 12,2% das menções favoráveis a este modelo de democracia foram feitas pelos tucanos. Já no programa do PT, encontramos apenas 7,7% de sentenças a favor deste modelo.

⁷ Este dissenso parece perpassar toda elite política. A análise da primeira seção também permite algumas inferências, que dizem respeito a uma crítica disseminada pelos diferentes setores da oposição ao modo como o tema foi conduzido durante os governos do PT. Esta contraposição se expressou através de um rechaço ao que foi denominado de “partidarização ou ideologização da política externa”.

Tabela 3. Domínio liberdade e democracia – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
201.1	Liberdade	2,4	7,7
201.2	Direitos humanos	19,5	17,9
202.1	Geral: positiva (Democracia_	65,9	64,1
202.2	Geral: negativa (Democracia)	0,0	0,0
202.3	Democracia representativa: positiva	0,0	0,0
202.4	Democracia direta: positiva	12,2	7,7
203	Constitucionalismo: positivo	0,0	0,0
204	Constitucionalismo: negativo	0,0	2,6
Total		100	100

Fonte: elaboração própria da pesquisa

Apesar das diferenças encontradas, concluímos que, no segundo domínio, ambos os candidatos deram esmagadora atenção às liberdades democráticas tal como concebidas conforme os preceitos clássicos do liberalismo político, ou seja, como liberdade individual e econômica face às intervenções do Estado⁸. Não há, portanto, divergências ideológicas quanto a esta questão.

Terceiro domínio: sistema político

No terceiro domínio, encontramos, mais uma vez, uma semelhança entre os dois partidos no que tange a atenção que proporcionaram aos temas relacionados ao sistema político. No entanto, neste campo, há um claro desnível na escolha das dimensões reforçadas: a Tabela 4 mostra que o PT deu muito mais importância (40,6%) do que o PSDB (3,8%) à competência partidária, o que inclui, sobretudo, referências elogiosas às três governações do PT (os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma) e críticas aos governos do PSDB (1994 a 2001).

Apesar da candidata ter optado por fazer uma defesa de sua administração e das duas petistas que a antecederam, a análise do conteúdo desta defesa demonstra uma preocupação característica da esquerda: a petista ressaltou os avanços ocorridos na área social entre 2003 e 2014 com intuito de demarcar a diferença ideológica dos governos do PT em relação aos que os antecederam.

⁸ A descrição deste código menciona: “Favourable mentions of importance of personal freedom in the manifesto and other countries. May include mentions of: Freedom from state coercion in the political and economic spheres; Freedom from bureaucratic control; The idea of individualism (Werner, Lacewell & Volkens, 2014).

O PSDB, por sua vez, demonstrou em sua discussão sobre o sistema político brasileiro valorizar mais a necessidade de maior eficiência governamental e administrativa do que o PT. Esse tema do terceiro domínio, que corresponde a um dos tópicos do programa tucano (Estado eficiente), ocupou 68,6% do espaço dedicado por Aécio Neves à discussão desta questão, enquanto a candidata do PT concedeu 30,4%. Nas sentenças, observa-se um conjunto de críticas dos tucanos ao modo como a máquina pública vinha sendo administrada pelos petistas, o que, por um lado, reforça o papel do PSDB como principal partido de oposição. Por outro lado, a ênfase na eficiência nos remete à identidade original do partido, que buscou diferenciar-se dos demais reunindo parcelas altamente qualificadas das elites intelectuais (acadêmicos) e econômicas (empresários) comprometidas a usar seus talentos como gestores e administradores da coisa pública (Guiot 2006). Esta preocupação com o controle sobre a burocracia presente na discussão sobre a eficácia governamental e administrativa também pode ser remetida aos fundamentos do liberalismo político, mais precisamente às considerações de John Stuart Mill e Max Weber.

Tabela 4. Domínio sistema político – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
301	Descentralização: positiva	22,9	17,4
302	Centralização: positiva	0,0	1,4
303	Eficiência governamental e administrativa: positiva	68,6	30,4
304	Corrupção política: negativa	0,0	5,8
305.1	Autoridade política: competência partidária	3,8	40,6
305.2	Autoridade política: competência pessoal	1,0	2,9
305.3	Autoridade política: governo forte	3,8	0,0
305.4	Elites formadoras: positiva	0,0	0,0
305.5	Elites formadoras: negativa	0,0	1,4
305.6	Reabilitação e compensação	0,0	0,0
Total		100,0	100,0

Fonte: elaboração própria da pesquisa

A Tabela 4 mostra que, por um lado, o candidato tucano fez mais menções positivas (22,9%) do que a do PT (17,4%) à descentralização.⁹ Por outro, a candidata

⁹ Descentralização compreende referências favoráveis ao federalismo ou descentralização do poder político e/ou econômico. A centralização, por sua vez, compreende a ideia de oposição geral à tomada

petista, diferente do candidato do PSDB, fez ao menos uma menção favorável à centralização. Portanto, neste terceiro domínio, além da candidata petista ter dado menos atenção a uma questão concebida conforme os preceitos clássicos do liberalismo político, ela fez menção a outra que viola esses preceitos.

Chamou nossa atenção, ainda, o fato de os candidatos não discorrerem sobre nenhuma proposta de reforma política. O PSDB, em particular, porque suas lideranças são historicamente engajadas com a defesa do parlamentarismo e com a crítica ao sistema eleitoral proporcional. Esse tema é apenas mencionado na apresentação do programa do candidato tucano junto com as demais “reformas fundamentais”: a dos serviços públicos, da segurança pública, a tributária, a do setor de infraestrutura e a política, sobre a qual o programa se limita a afirmar “o propósito de tornar mais confiável e transparente a atuação política”. Como salientado na primeira parte do artigo, a defesa do parlamentarismo e do sistema eleitoral misto marcam a fundação do PSDB. Sendo assim, o que o Programa de Governo de 2014 sugere é que estas bandeiras perderam espaço ao longo das últimas duas décadas.

Concluimos, no tocante a este domínio, que há um dissenso entre os candidatos com relação a quais temas são importantes. Desse dissenso, podemos inferir desta análise que há uma divisão ideológica entre ambos os partidos, pois não apenas o PSDB valoriza mais a necessidade de maior eficiência governamental e administrativa do que o PT como também, conforme a Tabela 4, o candidato tucano fez mais menções positivas (22,9%) do que a do PT (17,4%) à descentralização. A candidata petista, por sua vez, demonstrou, nos elogios que fez às administrações de seu partido, valorizar questões historicamente identificadas com a esquerda.

Quarto domínio: economia

No que diz respeito ao quarto domínio da classificação do CMP, já não encontramos um idêntico peso concedido por ambos os partidos aos assuntos econômicos. Embora, de acordo com a Tabela 5, haja mais sentenças no programa do candidato tucano referentes à economia (N = 255) do que se pode observar no programa da candidata petista (N = 209), Aécio Neves concedeu menos espaço a esta questão em seu programa de governo (28,9%) do que Dilma Rousseff em seu documento (36,1%). Ainda assim, ao olharmos para a principal categoria referida por

de decisões políticas em níveis políticos mais baixos; apoio ao governo unitário e a mais centralização nos procedimentos administrativos.

ambos (Tecnologia e infraestrutura: positiva), não parece haver uma grande diferença ideológica entre os candidatos, pois PSDB e PT deram mais peso à necessidade de investir em tecnologia e infraestruturas (nomeadamente na ligação entre investigação científica e modernização empresarial ou no investimento público em grandes obras): 35,3% e 36,4 respectivamente.

A Tabela 5 mostra também que, paradoxalmente, o PSDB confere uma relevância maior à necessidade de um crescimento económico sustentável do que o PT, pois 19,6% do espaço dedicado ao tema economia pelo candidato tucano faz menção à necessidade de um crescimento económico que não ameace o meio ambiente. Já o PT, apesar de este aspecto também ser visível no manifesto da candidata Dilma Rousseff, ela destinou a esta questão apenas 5,7% do espaço da discussão sobre economia.

Tabela 5. Domínio economia – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
401	Livre iniciativa: positiva	9,4	0,5
402	Incentivos: positivo	14,9	13,4
403	Regulação do mercado: positiva	3,9	1,9
404	Planejamento económico: positivo	2,7	1,0
405	Corporativismo: positivo	0,0	0,0
406	Protecionismo: positivo	0,4	1,0
407	Protecionismo: negativo	0,8	0,0
408	Metas económicas	2,0	7,2
409	Demanda de gestão keynesiana: positiva	0,0	3,8
410	Crescimento económico	2,0	20,1
411	Tecnologia e Infraestrutura: positiva	35,3	36,4
412	Economia controlada: positiva	0,0	4,3
413	Nacionalização: positiva	0,0	0,5
414	Ortodoxia económica: positiva	9,0	3,8
415	Análise marxista: positiva	0,0	0,5
416.1	Economia anticrescimento: positiva	0,0	0,0
416.2	Sustentabilidade: positiva	19,6	5,7
Total		100,0	100,0

Fonte: elaboração própria da pesquisa

O PSDB e o PT apresentam, de acordo com a Tabela 5, semelhanças com relação à necessidade de oferecer incentivos públicos às empresas, pois ambos os

candidatos deram pesos muitos parecidos a essa questão: 14,9% (PSDB) e 13,4% (PT).¹⁰ Todavia, há uma diferença importante entre ambas as propostas: a maior parte dos incentivos tucanos refere-se à contratualização de parecerias público-privadas, o que pode não ser entendido como uma forma de intervencionismo típica da social-democracia.

Já no caso do PT, tais incentivos são preferencialmente concebidos sob a forma de subsídios e desonerações (Singer 2015). Deste modo, é possível compreender o posicionamento dos dois partidos como antipodais. O PSDB concebe a iniciativa privada a partir do princípio da subsidiariedade, isto é, como uma forma de delegação/redução de capacidades estatais, reduzindo o protagonismo do Estado em determinadas áreas (Pereira 2015). O PT, por sua vez, tem uma interpretação mais afeita às modalidades de capitalismo coordenado (Hall e Soskice, 2001), visto que o incentivo à iniciativa privada implica o fortalecimento dessas mesmas capacidades.

Onde, porém, detectamos algumas diferenças ideológicas mais claras é quanto a questão do crescimento econômico: com relação a esse tema, o PT tem muito maior percentagem de referências gerais à necessidade de gerar crescimento econômico, à necessidade de o governo promover, tomar medidas para facilitar ou aumentar o crescimento: segundo a Tabela 5, 20,1% das sentenças do programa petista referem-se a esta questão. Já o candidato do PSDB dedicou apenas 2%.

Detectamos algumas diferenças ideológicas mais claras também em um dos temas menos referidos (e que, por isso, temos que concluir que, apesar de existir, são menos valorizadas pelos partidos). O PSDB concedeu muito maior peso (9,0%), à necessidade de ortodoxia econômica – ou seja, à necessidade de ter uma governança que cumpra critérios de déficit público considerados saudáveis, ou que valorize a poupança em momentos de crise, ou que proteja as instituições econômicas tradicionais, como o sistema bancário – e tem muito mais menções favoráveis ao funcionamento livre dos mercados. Neste último caso, 9,4% contra 0,5% do PT. Já o programa de Dilma Rousseff fez menções à necessidade de levar a cabo políticas keynesianas do lado da procura, de modo a estimular o consumo, e também referências à necessidade de o governo exercer algum controle sobre a economia, nomeadamente sobre os preços e o salário mínimo. Essas categorias representam

¹⁰ Os incentivos incluem subsídios, isenções fiscais, benefícios para empresas em início de atividade, etc.

3,8% do documento petista, enquanto que o do PSDB não se refere qualquer uma destas.

No programa tucano, as menções à economia estão quase todas reunidas no tópico dedicado à Política Macroeconômica, no qual o partido ressalta a importância do controle inflacionário e da autonomia do Banco Central, além de defender o esforço fiscal para a manutenção do superávit primário. Na seção denominada Reforma Tributária, por sua vez, as propostas dizem respeito à redução de tributos, sobretudo, aqueles que recaem sobre empresas. Sendo assim, neste tocante, o programa também se afasta dos preceitos social-democratas ou de centro-esquerda, uma vez que não é mencionada a importância em assegurar o caráter progressivo e redistributivo. O que, portanto, reforça os indícios em favor de nossa hipótese original, acerca das feições ideológicas do programa.

Quinto domínio: bem-estar e qualidade de vida

No quinto domínio, dedicado ao Estado de bem-estar social, encontramos algumas diferenças ideológicas. É certo que o peso relativo concedido a este tema é muito semelhante nos programas dos dois partidos: como vimos, de acordo com a Tabela 1, 31,0% das sentenças do programa tucano e 30,1% das do programa petista referem-se a essa questão. Mas, a verdade é que neste domínio fica saliente o pendor social-democrata das propostas petistas. No programa da candidata Dilma Rousseff, encontramos desde logo um percentual muito maior de referências à necessidade de: maior igualdade e justiça social (31,0%)¹¹, expansão da educação (27,0%) e expansão do setor da saúde e das prestações sociais (25,3%).

Com relação ao Estado de bem-estar social¹² e à expansão da educação, cabe aqui alguns esclarecimentos. Segundo a Tabela 6, o programa tucano apresentou uma percentagem maior de referências a esta categoria (34,1%) do que o programa petista (25,3%). No entanto, a mesma Tabela 6 mostra que há sentenças no programa do PSDB que se referem à necessidade de limitar a expansão do Estado Social, nomeadamente através do recurso ao princípio da subsidiariedade. Essas sentenças abrangem 2,9% do espaço destinado pelo candidato tucano a esta questão. O

¹¹ O código 503 (Igualdade: positiva) inclui proteger os grupos mais desfavorecidos, distribuir os recursos de forma mais equitativa, remover barreiras de classe, por exemplo.

¹² Esta categoria inclui o sistema de saúde, o sistema de pensões, de habitação social, mas não a educação que é codificada a parte.

documento da candidata do PT, por sua vez, não faz qualquer menção à necessidade de travar o crescimento do Estado de bem estar social.

Neste domínio, o PSDB, novamente, demonstrou mais preocupação com a questão ambiental do que o PT: 8,1% do espaço da discussão sobre bem-estar e qualidade de vida no programa tucano contém sentenças defendendo a proteção ambiental.

No que diz respeito ao sistema de educação, as diferenças entre os dois partidos ficam ainda mais claras. Quanto a esse tema, o PT não só concede em seu programa de governo maior peso do que o PSDB à necessidade de expandir o sistema educativo (27,0% contra 24,5% respectivamente, conforme a Tabela 6), como o PSDB admite a limitação do alargamento do sistema de educação: 4,0% das sentenças do tema no programa referem-se a essa questão. Já o programa do PT, não faz qualquer referência à travagem da expansão da educação.

Tabela 6. Domínio bem-estar e qualidade de vida – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
501	Proteção do meio ambiente: positiva	8,1	5,2
502	Cultura: positiva	11,0	11,5
503	Igualdade: positiva	15,4	31,0
504	Expansão do estado de bem-estar social	34,1	25,3
505	Limitação do estado de bem-estar social	2,9	0,0
506	Expansão da educação	24,5	27,0
507	Limitação da educação	4,0	0,0
Total		100,0	100,0

Fonte: elaboração própria da pesquisa

A análise revelou que o PSDB defendeu a manutenção de duas iniciativas delineadas pelo PT¹³. O primeiro é o programa federal mundialmente reconhecido como *Bolsa Família*, voltado à transferência de renda, condicionada a famílias pobres e extremamente pobres, com crianças ou gestantes que assumam a contrapartida de mantê-los no sistema educacional até os 17 anos¹⁴. O segundo é o Programa

¹³ É plausível supor que seria incongruente desejar acabar, pois há quem afirme que a origem do Bolsa Família remonta ao governo de FHC (ver: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ruth-cardoso-foi-precursora-do-bolsa-familia-diz-academico-britanico,195523>). Todavia, outros apontam diferenças entre os programas adotados pelos governos FHC e Lula (ver: Bichir 2010; Giannotti 2008).

¹⁴ No caso das gestantes, há também o compromisso com o acompanhamento médico durante a gravidez e o processo de amamentação.

Universidade para Todos (PROUNI) que tem o objetivo de conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas para alunos oriundos do ensino público¹⁵ e pessoas portadoras de deficiência. Embora tenham tido um impacto significativo na redução da desigualdade e no aumento da educação das classes populares, essas iniciativas não assumem os preceitos redistributivos e universalizantes associadas à social-democracia clássica (Esping-Andersen 1990). Por isso, não devem ser consideradas uma capitulação do PSDB a tais preceitos, mas sim uma evidência de que o PSDB, mas também o PT, aderiu às medidas focalizadas de combate à pobreza, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial durante as décadas de 1980 e 1990, por serem supostamente mais eficazes e menos custosas do que políticas voltadas à universalização de direitos.

Concluimos, no tocante a este domínio, que há aqui também uma divisão ideológica entre PT e PSDB. Apesar de ter demonstrado uma preocupação com a questão ambiental, o programa do candidato tucano apresentou, mais do que o da candidata petista, propostas afinadas com as teses de ortodoxia econômica liberal. liberais. São exemplo disso, tanto a defesa de políticas públicas sociais focalizadas na pobreza, como a admissão de limitar os gastos públicos com o sistema de bem-estar e de educação.

Sexto domínio: organização da sociedade

No sexto domínio, que diz respeito à organização social, as diferenças ideológicas não são tão claras como poderíamos esperar. É verdade que, no cômputo geral do manifesto, o PSDB atribuiu uma importância significativa à categoria que contempla a existência de referências positivas à necessidade de ordem e de aplicação estrita da lei: conforme a Tabela 7, foram encontradas 43 menções, o que corresponde a 52,4% das sentenças deste domínio.¹⁶ Mas a candidata Dilma Rousseff, segundo a Tabela 7, concedeu muito mais espaço do que seu adversário a esta questão: as 18 sentenças que fazem referências positivas à necessidade de ordem e de aplicação estrita da lei correspondem a nada menos que 72% das sentenças deste domínio. Ou seja, embora o programa tucano mencione muito mais vezes o tema, esta questão

¹⁵ Também inclui alunos que estudaram em colégios privados, desde que contemplados com bolsa integral da própria escola.

¹⁶ O código 605.1 (Lei e ordem: positiva) inclui defesa do papel das polícias, da importância da segurança interna, de uma atitude mais dura por parte dos tribunais.

obtem mais preponderância do que outras quando, em seu programa, a candidata Dilma Rousseff discute a organização da sociedade brasileira.

Se ambos os candidatos apresentam uma defesa geral da necessidade de solidariedade nacional não muito distante, o tucano apresenta muito mais referências (e, por isso, parece conceder maior importância) às questões relacionadas com o ativismo das bases (Código 606.1), nomeadamente a necessidade de movimentos sociais que procuram mudança social: há 18 sentenças no programa de Aécio Neves conforme a Tabela 7, contra apenas quatro no de Dilma Rousseff. De acordo com a Tabela 7 estas ocupam 22,0% e 16,0% do espaço dos respectivos programas. Mesmo em questões multiculturalistas ou relacionadas com os direitos dos imigrantes ou dos índios, não encontramos diferenças dignas de registro – nomeadamente, não se encontram registros no programa da candidata do PT, ao contrário do que poderia ser expectável.

Tabela 7. Domínio organização da sociedade – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
601.1	Geral (Modo de vida nacional: positivo)	4,9	8,0
601.2	Imigração: negativa	0,0	0,0
602.1	Geral (Modo de vida nacional: negativo)	1,2	4,0
602.2	Imigração: positiva	0,0	0,0
603	Moralidade tradicional: positiva	0,0	0,0
604	Moralidade tradicional: negativa	0,0	0,0
605.1	Lei e ordem: positiva	52,4	72,0
605.2	Lei e ordem: negativa	0,0	0,0
606.1	Geral (Civismo: positivo)	22,0	16,0
606.2	<i>Bottom-Up Activism</i>	13,4	0,0
607.1	Geral (Multiculturalismo: positivo)	4,9	0,0
607.2	Imigrantes: diversidade	0,0	0,0
607.3	Direitos indígenas: positivo	0,0	0,0
608.1	Geral (Multiculturalismo: negativo)	1,2	0,0
608.2	Imigrantes: assimilação	0,0	0,0
608.3	Direitos indígenas: negativo	0,0	0,0
Total		100	100

Fonte: elaboração própria da pesquisa

Quanto a este domínio, concluímos que não há aqui uma divisão ideológica clara entre PT e PSDB. Apesar de o PT ter demonstrado proximidade da social-

democracia clássica em outros domínios, neste ele tendeu a estar mais próximo dos partidos situados ideologicamente à direita. Ao assumir este posicionamento, o PT se afasta dos movimentos sociais e de alguns partidos de esquerda como, por exemplo, o PSOL. Isso significa um afastamento da perspectiva encampada por alguns partidos sobre o direito à cidade (Lefebvre, 1969; Faria & Carvalho, 2016). Ou seja, se refere não só ao direito a um melhor acesso a serviços básicos, mas principalmente à possibilidade da apropriação autônoma do espaço pelos moradores. Essa apropriação não tem a ver com propriedade, mas com o uso coletivo que se faz dos espaços. A privatização dos espaços públicos e a exclusão da população dos processos decisórios sobre os rumos das cidades seriam, desse ponto de vista, uma ameaça à atividade política democrática, se tomados os direitos constitucionais garantidos a partir de 1988. Nesse sentido, as críticas às políticas de segurança pública realizadas pelos governos federal e estaduais, que tendem a criminalizar em nome da defesa da lei e da ordem ações diretas promovidas por movimentos sociais, associações de moradores e sociedade civil organizada em geral.

Sétimo domínio: grupos sociais

O sétimo e último domínio da classificação do CMP diz respeito a grupos sociais específicos dentro da sociedade. Como já vimos, a Tabela 1 mostra que o candidato Aécio Neves deu, em seu programa, maior peso (11,5%) a esta categoria do que a candidata do PT (7,6%). Todavia, conforme o detalhado na Tabela 8, esse maior peso vai, em parte, voltar a contrariar as diferenças ideológicas que poderíamos pensar detectar. Por um lado, é verdade que encontramos aqui uma das principais marcas ideológicas históricas do PT e é interessante perceber como ela se mantém: metade das referências feitas no programa de Dilma Rousseff aos grupos sociais são menções favoráveis às classes trabalhadoras, visando nomeadamente a necessidade de criar mais emprego, de aumentar salários e de melhorar as condições de trabalho. Estas referências são, em termos relativos, o dobro daquelas que o candidato tucano faz no seu programa, o que constitui uma diferença ideológica clara e que acompanha e até reforça aquelas que havíamos detectado no domínio econômico.

O programa do candidato do PSDB, contudo, contém um número muito maior de sentenças favoráveis a grupos minoritários e discriminados da sociedade (homossexuais, mulheres etc.) do que o programa da candidata petista: 20% em ambos os casos. Esses resultados contrariam nossas expectativas iniciais e mostram

que a classe trabalhadora obtém mais destaque que outros grupos sociais na agenda do PT.

Quanto às menções favoráveis à agricultura e aos fazendeiros, o candidato do PSDB concede um espaço idêntico ao dado por sua adversária com relação à necessidade de políticas agrícolas específicas: 29,0% e 39,5% respectivamente conforme mostra a Tabela 8. Isso sugere que ambos os candidatos buscavam o apoio do agronegócio, setor de extrema importância para a economia brasileira.

Tabela 8. Domínio grupos sociais – PSDB e PT (%)

Tema		PSDB	PT
701	Grupos sindicais: positivo	25,0	50,0
702	Grupos sindicais: negativo	0,0	0,0
703.1	Agricultura e fazendeiros: positivo	29,0	29,5
703.2	Agricultura e fazendeiros: negativo	0,0	0,0
704	Classe média e grupos profissionais: positivo	6,0	9,1
705	Grupos minoritários: positivo	20,0	4,5
706	Grupos demográficos não-econômicos: positivo	20,0	6,8
Total		100,0	100,0

Fonte: elaboração própria da pesquisa

Não há, contudo, nenhuma menção à Reforma Agrária nos programa do PSDB ou à desconcentração de terras, que subjaz como bandeira histórica da esquerda no Brasil. Isso denota as limitações sociais deste partido decorrentes dos compromissos políticos que suas lideranças acertaram com grupos econômicos e outras lideranças políticas. Isto nos ajuda a entender porque o PSDB atraiu e elegeu uma bancada mais conservadora em 2014.¹⁷

¹⁷ Até a conclusão deste artigo, os autores desconheciam trabalhos acadêmicos que pudessem dar sustentação a esta afirmação. Porém, um indício nesse sentido foi o posicionamento do PSDB em relação à discussão da redução da maioria penal. Sobre isso ver: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150703_psd_b_reducao_maioridade_ms_cc; acessada no dia 28 de novembro de 2016.

Conclusão

Por motivos que foram explicitados ao longo do trabalho, seja do ponto de vista quantitativo, seja pela análise qualitativa dos referidos programas dos candidatos à Presidência da República, apresentamos a seguir algumas nuances que podem reforçar a pertinência de nossa hipótese de trabalho, que consiste em situar o PT na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita.

Vimos que, apesar da pouca atenção dada pelos candidatos ao tema relações internacionais, a análise deste tema foi importante para nossa investigação. Observamos que a ausência de menções críticas à influência norte-americana, ou outras sentenças passíveis de serem enquadradas nos códigos relativos ao anti-imperialismo, é significativa. Isso porque, a suspeição e mesmo o rechaço a tal influência tem sido, desde o período da guerra-fria, um inequívoco marcador de radicalidade, atualizado recentemente pelos governos bolivarianos. Por esse motivo, esta ausência reforça a hipótese de que os dois partidos em questão podem ser situados no centro da escala ideológica e não nos extremos. Todavia, há diferenças ideológicas importantes, pois, embora ambos os candidatos tenham assumido uma posição de cooperação (internacionalismo), o PT não apenas toma uma posição mais veemente em relação a esta questão como, diferente do PSDB, avoca uma posição pacifista. O candidato tucano, em contrapartida, admitiu a expansão dos gastos militares. Este ponto é particularmente significativo no debate político ideológico haja vista o protagonismo que os militares representaram ao longo da História política brasileira. Por causa dessas diferenças, a nosso ver, o PSDB tende para a direita do espectro político ideológico.

Apesar de Aécio Neves ter assumido, com relação à questão militar, propostas típicas de um candidato de direita, verificamos que ambos os candidatos deram quase a mesma importância à defesa da democracia e dos direitos humanos. O PT, todavia, defendeu mais as liberdades clássicas. Sendo assim, retomando o argumento apresentado por Madeira e Tarouco (2013), ao analisar o segundo domínio, em particular às categorias relativas às liberdades democráticas e aos direitos humanos, é preciso reforçar que, no contexto brasileiro, elas podem ser consideradas como um marcador particularmente significativo, no que diz respeito à configuração da esquerda no país. Na medida em que o regime militar foi francamente intervencionista no plano econômico, no momento da configuração do sistema partidário da Nova

República, a defesa destas liberdades obteve mais atenção por parte dos atores políticos e da sociedade civil do que a dicotomia entre intervencionismo estatal e livre mercado, determinante para a escala ideológica tradicional/downsiana. Concluímos, então, que o PT, tendeu para a esquerda do espectro político ideológico ao conceder um pouco mais de espaço à defesa da liberdade, dos direitos humanos e da democracia. Já o PSDB, por ter assumido igualmente a defesa dessas questões, pode minimizar a defesa do militarismo verificada no primeiro domínio. Assim, nos parece, que este partido está mais próximo dos que ocupam uma posição de centro-direita no espectro político ideológico.

Observamos também haver uma divisão ideológica entre ambos os partidos no que tange ao sistema político. A análise das questões relacionadas a este domínio revelou que o candidato do PSDB apresentou uma característica típica dos partidos liberais: a valorização da descentralização e da eficiência governamental e administrativa. Esta última ganha evidência na defesa (a) da participação de técnicos no governo em detrimento dos políticos e (b) da necessidade de controlar a burocracia estatal. A análise do domínio 3, portanto, nos levou a concluir, mais uma vez, que o PSDB tem aspectos nos permite situá-lo numa posição de centro-direita do espectro político ideológico.

Neste domínio, o programa de Dilma Rousseff demonstrou uma preocupação eminentemente eleitoral: como candidata à reeleição, optou por fazer uma defesa de sua administração e das anteriores a sua (primeiro e segundo mandato do governo Lula). Apesar da preocupação eleitoral, a análise do conteúdo do argumento revelou que a candidata petista ressaltou em seu programa os avanços ocorridos na área social entre 2003 e 2014 e, com isso, quis demarcar a diferença ideológica dos governos petistas com os que os antecederam. Essa análise nos levou a concluir que o PT possui características típicas dos partidos de centro-esquerda.

Por fim, na análise do domínio 3, chamou nossa atenção a ausência de menções no programa do candidato tucano às administrações tucanas anteriores, o que, para nós, contribui para expor a fragilidade de organização da oposição em torno de um projeto político comum e a referência (nesse caso, enquanto ausência) da menção a essa tradição em suas gestões anteriores como governo.

Mais do que apenas marcar as nuances à direita e à esquerda que auxiliam o reforço de nossa hipótese, cabe ainda uma questão que diz respeito à contribuição do trabalho no sentido de melhor esclarecer a transmutação dos posicionamentos

ideológicos dos partidos no tempo. O tópico da ortodoxia econômica, do Domínio 4, é um dos momentos exemplares nesse sentido. As menções feitas pela candidata do PT à ortodoxia reforçam a nossa hipótese de que esta agremiação não é um partido de esquerda radical, mas de centro-esquerda.

Já o candidato tucano, como vimos, se afasta dos preceitos social-democratas por causa de dois aspectos de suas propostas para a economia. Primeiro porque em seu programa de governo destaca a importância do controle inflacionário, da autonomia do Banco Central, da manutenção do superávit primário e da redução de tributos, sobretudo, aqueles que recaem sobre empresas. Segundo porque neste documento não ressalta a importância em assegurar o caráter progressivo e redistributivo dos tributos. Ambos os aspectos reforçam ainda mais os indícios em favor de nossa hipótese original acerca do PSDB.

É curioso constatar, por um lado, que houve, em 2014, uma preocupação do PT com os temas econômicos. Por outro lado, não é pouca coisa contrastar que tal movimento é concomitante a uma maior preocupação do PSDB com temas da sociedade civil, o que mais do que situar o partido menos à direita do que em temas como o militarismo, ajuda a compreender a disputa pelo governo, e a tentativa de aproximação dos temas sociais, antes ausente na trajetória do partido em outras eleições. Esse esforço dos tucanos fez com que encontrássemos no domínio dedicado ao bem-estar e à qualidade de vida o maior desafio à tese aqui apresentada. Era esperado que, uma vez que o PT está situado à esquerda do PSDB, o programa de governo de Dilma Rousseff tivesse uma frequência maior de sentenças relativas à expansão do sistema de bem-estar social. Vimos, contudo, que isso não se confirmou. Mas, chamamos atenção, para os atenuantes deste resultado. Primeiro, o programa da petista tem mais menções favoráveis à expansão do sistema de educação, já o do tucano contém sentenças favoráveis à limitação dos gastos públicos com o sistema de bem-estar e de educação. Tais limitações nos parecem coerentes com a propostas macroeconômicas mencionadas no parágrafo anterior. Ao admitir o controle dos gastos sociais, o candidato tucano quis reforçar seu compromisso de preservar o superávit primário e de evitar o descontrole inflacionário. Entendemos que, ao subordinar o bem-estar e a qualidade de vida ao desempenho econômico, o PSDB deu mais indícios em favor de nossa hipótese deste partido ser de centro-direita.

Um elemento que também corrobora nossa hipótese inicial é o fato de que, embora a análise das questões do sétimo domínio tenha revelado que o PSDB

ressaltou de modo mais enfático a proteção das minorias, o PT apresentou mais menções à classe trabalhadora e à própria ideia de igualdade (assim como de políticas públicas de caráter afirmativo, voltadas à redução das assimetrias). Concluímos, que por esses motivos, não podemos considerar o PSDB um partido de direita ou conservador, mas podemos situar o partido de Dilma Rousseff como um partido à esquerda do PSDB.

Algo similar ocorre na interpretação de dados quando se considera a perspectiva punitivista no país, que, por sua vez, serve como um indício favorável à hipótese de que o PSDB está à direita do PT na escala ideológica. O tema da repressão da criminalidade é central para o eleitor de direita no país, e aparece, como vimos, no tópico 605.1 (Lei e ordem: positivo), o que pode ter como caixa de ressonância ilustrativa do posicionamento dos partidos a discussão sobre redução da maioria penal no debate público nacional recente. Todavia, na discussão sobre a organização da sociedade, o PT aparece com um percentual muito acima do encontrado no documento do PSDB. Portanto, se, como vimos, em relação a outras questões a candidata do PT parece mais próxima do que seu adversário dos temas da social-democracia clássica, neste domínio isso não ocorre. Em uma disputa acirrada como a de 2014, o espaço dado por Dilma Rousseff à repressão da criminalidade parece indicar a preocupação desta candidata em buscar o voto do eleitor situado ideologicamente mais ao centro ou à direita. Este foi o único item que contrariou nossa hipótese original acerca da posição ideológica do PT. Não nos parece, contudo, suficiente para rejeitá-la.

Em suma, tendo em conta os resultados obtidos nos vários domínios do sistema de classificação de programas eleitorais do CMP, percebemos que, nos manifestos do PT e do PSDB apresentados às eleições presidenciais de 2014, há algumas áreas temáticas nas quais não se detectam diferenças significativas nos discursos políticos dos dois partidos, mas há também, pelo contrário, temas nos quais se registram diferenças importantes entre eles. Os domínios relativos ao Estado de bem-estar social e à economia são aqueles onde sobressaem mais divergências políticas entre PT e PSDB. Essas divergências assumem particular importância, uma vez que se tratam das duas categorias que nos permitem proceder a uma melhor classificação ideológica dos partidos. Com efeito, a opinião relativamente à prestação (ou não) de serviços sociais por parte do Estado e relativamente à necessidade (ou não) de intervenção pública no sistema econômico são aspetos basilares quando

procuramos perceber o posicionamento ideológico de um partido.

Ora, tendo isto em conta, pudemos verificar que o PT concede muito maior peso do que o PSDB à necessidade de igualdade e justiça social e à necessidade de expansão do sistema educativo e, ao contrário do PSDB, não defende qualquer necessidade de limitação do Estado de bem-estar social. O PT apresenta, por isso, propostas que vão inegavelmente no sentido da defesa de um Estado de bem-estar social universal, público, redutor de desigualdades: um Estado de bem-estar social social-democrata. O PSDB, pelo contrário, é ambíguo e, se não defende claramente modelos de Estado de bem-estar social liberal ou conservador, faz já diversas referências que vão nesse sentido. No plano econômico, detectamos um maior pendor intervencionista no programa eleitoral do PT e uma maior defesa do funcionamento livre do mercado e de uma ortodoxia econômica no do PSDB. Mais uma vez, percebemos que o PT assume, neste âmbito, um posicionamento típico dos partidos socialistas democráticos, sociais-democratas ou trabalhistas, enquanto que o PSDB opta por um discurso mais próximo daquele que caracteriza partidos liberais e conservadores.

Assim, considerando as diferenças registradas entre os dois partidos nestes dois domínios e considerando a importância do posicionamento dos partidos nas questões que se prendem com o Estado de bem-estar social e com o papel do Estado na economia na sua classificação política, é possível afirmar que PT e PSDB apresentaram, nos programas eleitorais de 2014, um posicionamento não coincidente na escala esquerda-direita. De fato, tendo em conta os resultados obtidos, podemos concluir que o PT se pode classificar como um partido situado no centro-esquerda da escala ideológica, enquanto que o PSDB se apresenta inegavelmente à sua direita, ocupando o espaço do centro-direita na mesma escala.

Referências bibliográficas

- Bresser-Pereira, L. C., 2015. *After the demise of neoliberalism but not of conservatism, a third developmentalism?* EESP – Textos para Discussão, n. 394. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Downs, A., 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- Duverger, M., 1970. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Esping-Andersen, G., 1990. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Faria, A. M. T. & CARVALHO, A. S., 2016. As imaginações intelectuais sobre o Rio de Janeiro nas eleições municipais majoritárias em 2012. In *Congress of the Latin American Studies Association*. New York.
- Figueiredo, A. & Limongi, F., 1999. *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP.
- Giddens, A., 2001a. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- _____, 2001b. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- _____, 1996. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.
- Guiot, A., 2006. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Hall, P. & Soskice, D., 2001. *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford Oxford University Press.
- Krause, S.; Dantas, H. & Miguel, L. F. (orgs.), 2010. *Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stitfung; São Paulo: Editora UNESP.
- Lefebvre, H., 1969. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos.
- Lucas, K. & Samuels, D., 2010. The Ideological “Coherence” of the Brazilian Party System, 1990-2009. *Journal of Politics in Latin America*, 2(3), pp. 39-69.
- Madeira, R. M. & Tarouco, G., 2010. A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?. In *ALACIP – Congresso Latino-americano de Ciência Política*. Buenos Aires.
- Madeira, R. M. & Tarouco, G., 2013. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), pp. 93-114.
- Mainwaring, S.; Meneguello, R. & Power, T., 2000. *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo. Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.
- Melo, C. R. & Câmara, R., 2012. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, 55(1), pp. 71-117.
- Meneguello, R., 1989. *PT. A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Miguel, L. F., 2010. Os partidos brasileiros e o eixo «esquerda-direita. In S. Krause; H. Dantas & L. F. Miguel (orgs). *Coligações eleitorais na nova democracia*

brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, pp. 31-38.

Montenegro, D., 2009. *O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Nobre, M., 2013. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Companhia das Letras.

Power, T. & Zucco JR., C., 2008. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), pp. 218-246.

Power, T. & Zucco JR., C., 2011. Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. Power & C. Zucco JR. (orgs). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 37-60.

Santos, F., 2003. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Singer, A., 2015. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos (CEBRAP)*, n. 102, pp. 43-71.

Strom, K., 1990. *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge: Cambridge University Press.

Werner, A.; Lacewell, O. & Volkens, A., 2014. *Manifesto Coding Instructions* (5th revised edition). Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/download/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 08.set.2016.

Wolinetz, S. B., 2002. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In R. Gunther; J. R. Montero & J. Linz (eds). *Political Parties: Old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press, pp. 136-165.

Zucco, C., 2009. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. *The Journal of Politics*, 71(3), pp. 1076- 7092.

Outras fontes:

Muda Brasil. 2014. Diretrizes gerais. Plano de governo, Aécio Neves – PSDB. Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/divulga-cand->

2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/2800000000085/idarquivo/229?x=14046719910002800000000085. Acesso em 28.nov.2016

PT. 2014. Mais mudanças, mais futuro. Programa de governo Dilma Rousseff.

Apêndice

Tabela 1. Contagem das categorias dos programas de governo do PT e do PSDB

Código		PT		PSDB	
		N	%	N	%
101	Relações internacionais especiais: positiva	0	0,0	2	0,2
102	Relações internacionais especiais: negativa	0	0,0	2	0,2
103.1	Anti-imperialismo centrado no Estado	0	0,0	0	0,0
103.2	Influência financeira externa	1	0,2	0	0,0
104	Militar: positivo	0	0,0	10	1,1
105	Militar: negativo	0	0,0	0	0,0
106	Paz: positiva	2	0,3	0	0,0
107	Internacionalismo: positivo	12	2,1	10	1,1
108	Integração: positiva	3	0,5	0	0,0
109	Internacionalismo: negativo	1	0,2	2	0,2
110	Integração europeia: negativa	0	0,0	0	0,0
Total do domínio 1: relações internacionais		19	3,3	26	2,9
201.1	Liberdade	3	0,5	1	0,1
201.2	Direitos humanos	7	1,2	8	0,9
202.1	Geral: positiva (Democracia)	25	4,3	27	3,1
202.2	Geral: negativa (Democracia)	0	0,0	0	0,0
202.3	Democracia representativa: positiva	0	0,0	0	0,0
202.4	Democracia direta: positiva	3	0,5	5	0,6
203	Constitucionalismo: positivo	0	0,0	0	0,0
204	Constitucionalismo: negativo	1	0,2	0	0,0
Total do domínio 2: liberdade e democracia		39	6,7	41	4,6
301	Descentralização: positiva	12	2,1	24	2,7
302	Centralização: positiva	1	0,2	0	0,0
303	Eficiência governamental e administrativa: positiva	21	3,6	72	8,2
304	Corrupção política: negativa	4	0,7	0	0,0
305.1	Autoridade política: competência partidária	28	4,8	4	0,5
305.2	Autoridade política: competência pessoal	2	0,3	1	0,1
305.3	Autoridade política: governo forte	0	0,0	4	0,5
305.4	Elites formadoras: positiva	0	0,0	0	0,0
305.5	Elites formadoras: negativa	1	0,2	0	0,0
305.6	Reabilitação e Compensação	0	0,0	0	0,0
Total do domínio 3: sistema político		69	11,9	105	11,9
401	Livre iniciativa: positiva	1	0,2	24	2,7
402	Incentivos: positivo	28	4,8	38	4,3
403	Regulação do mercado: positiva	4	0,7	10	1,1

Código		PT		PSDB	
		N	%	N	%
404	Planejamento econômico: positivo	2	0,3	7	0,8
405	Corporativismo: positivo	0	0,0	0	0,0
406	Protecionismo: positivo	2	0,3	1	0,1
407	Protecionismo: negativo	0	0,0	2	0,2
408	Metas econômicas	15	2,6	5	0,6
409	Demanda de gestão keynesiana: positiva	8	1,4	0	0,0
410	Crescimento econômico	42	7,3	5	0,6
411	Tecnologia e infraestrutura: positiva	76	13,1	90	10,2
412	Economia controlada: positiva	9	1,6	0	0,0
413	Nacionalização: positiva	1	0,2	0	0,0
414	Ortodoxia econômica: positiva	8	1,4	23	2,6
415	Análise marxista: positiva	1	0,2	0	0,0
416.1	Economia anticrescimento: positiva	0	0,0	0	0,0
416.2	Sustentabilidade: positiva	12	2,1	50	5,7
Total do domínio 4: economia		209	36,1	255	28,9
501	Proteção do meio ambiente: positiva	9	1,6	22	2,5
502	Cultura: positiva	20	3,5	30	3,4
503	Igualdade: positiva	54	9,3	42	4,8
504	Expansão do estado de bem-estar social	44	7,6	93	10,5
505	Limitação do estado de bem-estar social	0	0,0	8	0,9
506	Expansão da educação	47	8,1	67	7,6
507	Limitação da educação	0	0,0	11	1,2
Total do domínio 5: bem-estar e qualidade de vida		174	30,1	273	31,0
601.1	Geral (Modo de vida nacional: positivo)	2	0,3	4	0,5
601.2	Imigração: negativa	0	0,0	0	0,0
602.1	Geral (Modo de vida nacional: negativo)	1	0,2	1	0,1
602.2	Imigração: positiva	0	0,0	0	0,0
603	Moralidade tradicional: positiva	0	0,0	0	0,0
604	Moralidade tradicional: negativa	0	0,0	0	0,0
605.1	Lei e ordem: positiva	18	3,1	43	4,9
605.2	Lei e ordem: negativa	0	0,0	0	0,0
606.1	Geral (Civismo: positivo)	4	0,7	18	2,0
606.2	<i>Bottom-Up Activism</i>	0	0,0	11	1,2
607.1	Geral (Multiculturalismo: positivo)	0	0,0	4	0,5
607.2	Imigrantes: diversidade	0	0,0	0	0,0
607.3	Direitos indígenas: positivo	0	0,0	0	0,0
608.1	Geral (Muticulturalismo: negativo)	0	0,0	1	0,1
608.2	Imigrantes: assimilação	0	0,0	0	0,0
608.3	Direitos indígenas: negativo	0	0,0	0	0,0
Total do domínio 6: organização da sociedade		25	4,3	82	9,3

Código		PT		PSDB	
		N	%	N	%
701	Grupos sindicais: positivo	22	3,8	25	2,8
702	Grupos sindicais: negativo	0	0,0	0	0,0
703.1	Agricultura e fazendeiros: positivo	13	2,2	29	3,3
703.2	Agricultura e fazendeiros: negativo	0	0,0	0	0,0
704	Classe média e grupos profissionais: positivo	4	0,7	6	0,7
705	Grupos minoritários: positivo	2	0,3	20	2,3
706	Grupos demográficos não-econômicos: positivo	3	0,5	20	2,3
Total do domínio 7: grupos sociais		44	7,6	100	11,3
TOTAL		579	100,0	882	100,0